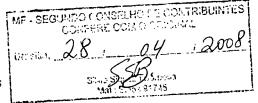


Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes



2º CC-MF Fi.

Processo nº

: 19515.001389/2003-90

Recurso nº

: 137.736

Recorrente

: GOLDFAR COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.-

Recorrida

: DRJ em Campinas - SP

RESOLUÇÃO Nº 201-00.741

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GOLDFAR COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência.

Sala das Sessões, em 13 de março de 2008.

Josefa Maria Coelho Marques

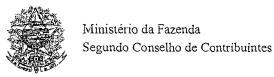
Presidente

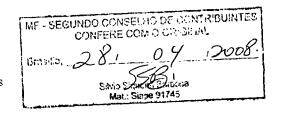
Presidente

Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

Relator

Participaram, ainda, da presente resolução os Conselheiros Walber José da Silva, Fabiola Cassiano Keramidas, Maurício Taveira e Silva, José Antonio Francisco e Gileno Gurjão Barreto. Ausente o Conselheiro Antônio Ricardo Accioly Campos.





2º CC-MF Fl.

Processo nº

: 19515.001389/2003-90

Recurso nº

: 137.736

Recorrentes -: - GOLDFAR COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário (fls. 389/443, vol. II) contra o v. Acórdão DRJ/CPS nº 7.046, de 26/07/2004, constante de fls. 356/368 (vol. II), exarado pela 3ª Turma da DRJ em Campinas - SP, que, por unanimidade de votos, houve por bem julgar procedente em parte o lançamento original de Cofins (MPF nº 0819000/04003/02, fls. 169/173), notificado em 10/04/2003 (fl. 173, vol. I), que acusou a ora recorrente de diferença apurada entre o valor escriturado e o declarado no Refis de Cofins no valor total de R\$ 3.709.161,13 (Cofins: R\$ 1.722.977,20; multa: R\$ 1.292.232,71; e juros: R\$ 693.951,22), no período de 31/01/99 a 31/12/2002, em razão do que a d. Fiscalização considerou infringidos os arts. 77, inciso III, do Decreto Lei nº 5.844/43; 149 do CTN; 1º da LC nº 70/91; 2º, 3º e 8º, da Lei nº 9.718/98, com as alterações da MP nº 1.807/99 e reedições, com alterações da MP nº 1.858/99 e reedições; arts. 2º, inciso II, parágrafo único, 3º, 10, 22 e 51, do Decreto nº 4.524/2002, e devida a multa de 75% capitulada nos arts. 10, parágrafo único, da LC nº 70/91; e 44, inciso I, da Lei nº 9.430/96.

Reconhecendo expressamente que as impugnações oportunamente apresentadas atendiam aos requisitos de admissibilidade, a r. Decisão de fls. 356/368 (vol. II), da 3ª Turma da DRJ em Campinas - SP, houve por bem julgar procedente em parte o lançamento original de Cofins, aos fundamentos sintetizados em sua ementa nos seguintes termos:

"Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Período de apuração: 01/02/1999 a 30/06/1999, 01/08/1999 a 31/01/2000, 01/03/2000 a 31/12/2002

Ementa: AUTO DE INFRAÇÃO, NULIDADE, HIPÓTESES,

As hipóteses de nulidade de ato praticado pela autoridade administrativa, está previsto no art. 59 do Decreto n. 70.235/72. A existência de matérias cujo mérito foi colocado em discussão pela impugnação não constitui vício insanável causador de nulidade do lançamento.

LEGISLAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. EXAME ADMINISTRATIVO.

Compete exclusivamente ao Poder Judiciário o exame da constitucionalidade da legislação regularmente inserida no ordenamento. Dada a presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos, cabe a autoridade administrativa apenas promover a aplicação da norma nos estritos limites do seu conteúdo.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Período de apuração: 01/02/1999 a 30/06/1999, 01/08/1999 a 31/01/2000, 01/03/2000 a 31/12/2002

Ementa: LANÇAMENTO DE OFÍCIO. DIFERENÇAS. BASE DE CÁLCULO RETIFICAÇÃO.



Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O CRIGHANI

2º CC-MF Fl.

Processo nº

19515.001389/2003-90

Recurso nº

137.736

Uma vez constatadas diferenças entre a contribuição apurada e declarada pelo sujeito passivo e aquela efetivamente devida de acordo com a legislação vigente, correta sua exigência de oficio. Retifica-se o valor tributável no qual não foram computadas as exclusões permitidas em lei e comprovadas pelo sujeito passivo.

JUROS DE MORA, TAXA SELIC.

É cabível, por expressa disposição legal, a exigência de juros de mora em percentual superior a 1%. A partir de 01/01/1995 os juros de mora serão equivalentes a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

MULTA DE OFÍCIO. CONFISCO.

O percentual de multa de lançamento de oficio, determinado por lei, não cabendo a discussão de seu valor no âmbito administrativo, sendo que a proibição de confisco prevista na Constituição Federal aplica-se unicamente a tributo, e não à multa.

Lancamento Procedente em Parte".

Nas razões de recurso voluntário (fls. 389/443, vol. II) a ora recorrente sustenta a insubsistência da r. decisão e do lançamento por ela mantido, tendo em vista que, não obstante as reduções efetuadas pela r. decisão, a d . Fiscalização continuaria desconsiderando estornos e cancelamentos de vendas que indica no recurso.

É o relatório.



Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ONLINAL
Brasilia, 28 / 0 4 / 2008 ·

Ites

Silvio Signa Barbara
Mai: Siape 91745

2º CC-MF Fl.

Processo nº

: 19515.001389/2003-90

Recurso nº :

: 137.736

----VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ---FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D'EÇA

Como resulta claro do relatório, a ora recorrente sustenta, desde sua impugnação inicial, que parte das receitas abrangidas pelo lançamento referir-se-iam a estornos e cancelamentos de vendas que indica no recurso simplesmente desconsiderados pela d. Fiscalização e não sujeitas à tributação.

Entendo que para a decisão de mérito se faz necessária a averiguação conclusiva na contabilidade da recorrente, se são verdadeiras (ou não, e em que medida) as afirmações da defesa no sentido de que parte das receitas abrangidas pelo lançamento referir-se-iam a estornos e cancelamentos de vendas não sujeitas à tributação.

Isto posto, voto no sentido de que o julgamento do recurso seja convertido em diligência à DRF em Campinas - SP, a fim de que, uma vez esclarecida e certificada a realidade da matéria fática que constitui o substrato e indispensável ao julgamento do presente lançamento, o presente processo retorne para julgamento do recurso voluntário.

É como voto.

Sala das Sessões, em 13 de março de 2008.

FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D'EÇA